

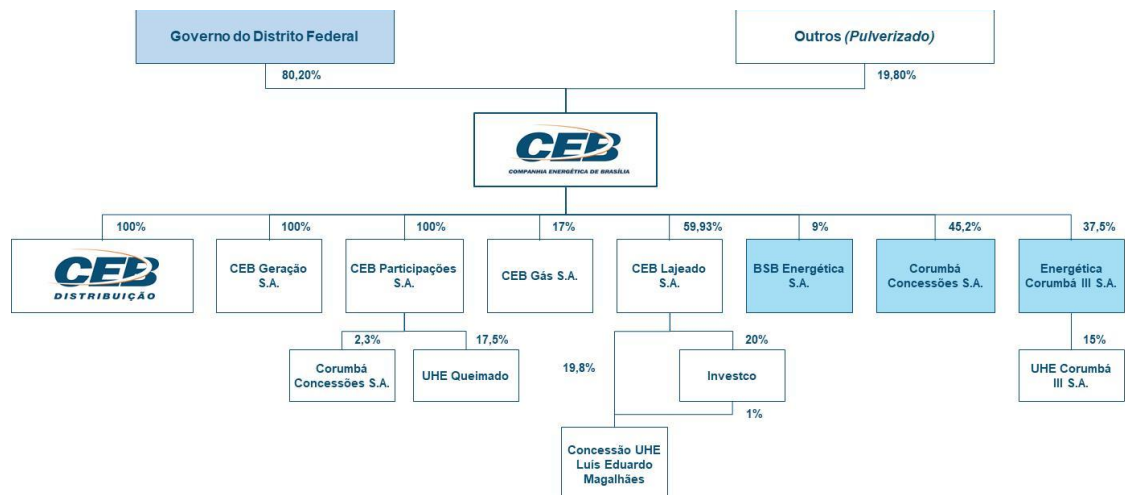
POR QUE A CEB PÚBLICA É NECESSÁRIA AO DISTRITO FEDERAL

A privatização da CEB Distribuição, se efetivada pelo GDF, representará não somente um **estelionato eleitoral cometido pelo governador Ibaneis**, que prometeu em campanha eleitoral que não iria privatizar nenhuma empresa pública, mas um enorme prejuízo à população do Distrito Federal, **sobretudo porque a entrega ao setor privado de uma empresa estratégica, viável e lucrativa como a CEB implicará em graves riscos à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica**, com visíveis consequências na vida das famílias e na economia do DF.

As considerações abaixo, elaboradas pelo STIU-DF, sintetizam os riscos da privatização e a importância da CEB Pública para os brasilienses. O documento em anexo detalha números importantes da situação econômico-financeira da empresa.

Breve contextualização

A CEB foi criada em 1968, passando por uma reestruturação societária em 2006, quando se tornou um grupo empresarial (ver organograma abaixo) à luz da Lei Distrital nº 2.710/2001 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005 da Aneel.



Registra-se que somente em 2012 o GDF ressarciu à CEB Distribuição no valor de R\$ 210 milhões pelos investimentos em geração realizados até a supramencionada reestruturação. Importante: **sem os recursos da distribuidora, oriundos da tarifa de energia paga pelos consumidores, não haveria a CEB Holding e as demais empresas do grupo!**

Em 2015, foi aprovada a Lei Distrital nº 5.577 que autorizou a CEB Holding a alienar suas participações acionárias em empreendimentos de geração, bem como utilizar os recursos para investimentos e amortização de dívidas da CEB Distribuição. **A avaliação desse ativo, realizada em 2018, apontou o montante de R\$ 750 milhões.**

Em 2019, o Plano de Negócios da Companhia, que contemplava o previsto na sobredita lei, foi alterado pela Assembleia Geral Extraordinária (98ª AGE) dos acionistas, realizada em 19/06/2019, onde restou deliberada a realização de novos estudos visando à capitalização de CEB Distribuição por meio da sua transferência de controle acionário ao setor privado.

Embora a decisão da referida AGE ter limitado alienação a 51% das ações da CEB Distribuição, **os estudos desenvolvidos pelo BNDES, instituição contratada para conduzir tecnicamente o processo, recomendaram a venda de 100% da empresa.**

Em 26/09/2020, o Conselho de Administração da CEB decidiu aprovar os estudos do BNDES, fixando o **preço mínimo de R\$ 1,42 bilhão para a distribuidora.** No mesmo evento, foi aprovada a convocação de nova AGE para 13/10/2020, tendo como pauta a deliberação acerca da alienação de 100% das ações da CEB Distribuição.

Vale reforçar que o preço mínimo fixado pelos estudos do BNDES corresponde a um terço do que a CEB Distribuição S.A fatura anualmente com venda de energia. Foram R\$ 4,4 bilhões em 2019. E mais: conforme demonstrado no documento em anexo, a concessionária tem de contas a receber, em valores atualizados, o montante de R\$ 1,5 bilhão, portanto, superior ao preço mínimo estabelecido pelo BNDES!

As justificativas utilizadas para a privatização da CEB e suas contradições

A partir da decisão de privatizar a CEB Distribuição, tomada no primeiro semestre de 2019, o GDF passou a construir a narrativa para tentar defender essa medida junto à população e à opinião pública. No rol das justificativas já constaram “a ineficiência econômico-financeira”, devido ao prejuízo de R\$ 33,7 milhões em 2018; “o risco de perda da concessão”, que seria decretada automaticamente pela ANEEL se os números ruins se repetissem em 2019; “as despesas com pessoal”, que estariam sempre acima dos limites regulatórios; e “o endividamento de R\$ 1 bilhão” da empresa. Mais recentemente, agregou-se ao discurso pró-privatização a questão das perdas da empresa com ligações irregulares e a inadimplência dos consumidores.

Todas essas alegações foram sistematicamente desconstruídas pelos fatos. **A empresa reverteu o resultado negativo de 2018 lucrando R\$ 41 milhões em 2019, cumprindo todos os parâmetros econômico-financeiros exigidos pelo contrato de concessão junto à Aneel; as despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO), em declínio desde 2018, ficaram abaixo do nível regulatório no primeiro trimestre de 2020, antecipando a projeção dessa redução, antes prevista para 2021, em mais de um ano; e a dívida da CEB, hoje em torno de R\$ 806 milhões, além de estar sendo amortizada sem atrasos e com média de juros compatível ao remunerado pela tarifa, tem perfil majoritariamente de médio e longo prazo e é plenamente equacionável, ainda mais considerando a carteira de recebíveis da empresa, que registra mais de R\$ 1,5 bilhão em valores atualizados, e os quase R\$ 400 milhões em imóveis para alienação, conforme descrito no anexo.**

CEB: empresa premiada pela Aneel

Mesmo caindo mais de 50% na atual gestão, **os investimentos acumularam nos últimos 5 (cinco) anos um montante superior a R\$ 360 milhões. É por isso que a CEB foi**

premiada em 2020 como a melhor distribuidora do Centro-Oeste e a sétima melhor do Brasil em 2019 (Prêmio Aneel de Qualidade), sendo amplamente aprovada pela população do DF.

Em 2018, já havia recebido o Prêmio CIER de Qualidade, da Comisión de Integración Energética Regional, entidade internacional latino-americana, que atribuiu à CEB uma menção especial, entre as distribuidoras dos 53 países avaliados, por ter sido que mais evoluiu na percepção dos consumidores.

Estranhamente, o próprio presidente da empresa, em vez de reforçar essas e outras conquistas, prefere atacar os serviços da CEB e desinformar a população. Recentemente, afirmou que “não foi investido nada nos últimos dez anos”, confrontando dados oficiais da própria Companhia.

Perdas com energia não vendida: nova desculpa para a privatização

Com esses números e prêmios, era de se esperar ajustes na narrativa pró-privatização. Nos últimos dias, o presidente da CEB vem enfatizando na imprensa que as perdas de R\$ 90 milhões/ano da concessionária com ligações clandestinas em áreas irregulares motivam a privatização. Nesse novo discurso, foi simplesmente omitido que a regularização das referidas áreas e instalação de medidores dependem fundamentalmente de autorização do Poder Público. Não é a privatização que resolverá esse problema.

Estranhamente, às vésperas da efetivação de seu calendário de privatização da CEB, o próprio governador, em ato realizado no Sol Nascente no dia 10/10/2020, lançou o Programa Energia Legal, através do qual o GDF irá viabilizar ligações de energia em caráter precário aos moradores de áreas não regularizadas, permitindo a instalação de medidores e a conseqüente redução das perdas. A medida poderia trazer ganhos de até R\$ 100 milhões de reais para a empresa pública. Implementada agora, só beneficiará o comprador privado. É um crime.

Com relação às perdas comerciais com inadimplência dos consumidores, motivadas pelas conseqüências econômicas da pandemia de coronavírus, trata-se de um problema que afeta todo o setor elétrico brasileiro, já que a arrecadação média das distribuidoras caiu 6,3% no período. Aliás, por isso foi instituída a chamada “Conta-Covid”, uma linha de financiamento a juros mais baixos, com limites de captação de cada concessionária definidos na Resolução nº 885/2020 da ANEEL, permitindo o enfrentamento dessa conjuntura e sustentação econômico-financeiro do setor elétrico. Mais adiante são feitos esclarecimentos importantes sobre a Conta-Covid e os reflexos positivos na CEB.

Risco de perda da concessão: outra falácia

Na esteira dos argumentos acima, o governador tem afirmado, como já o fez em relação a 2019, que a CEB perderá a concessão. Não há nenhuma base técnica para isso, mas tão somente as projeções fatídicas de quem faz tudo para inviabilizar a empresa e privatizá-la.

O ano de 2020 será marcado pela atipicidade devido à pandemia, com reflexos evidentes no caixa e nos resultados das concessionárias de energia elétrica. Ao contrário do que o governador vem afirmando e apesar da gestão privatista da Companhia, a Aneel reconhece documentalmente que a CEB está cumprindo os indicadores (ver Ofício nº 432/2020 SFE-ANEEL em anexo), não havendo que se falar em caducidade do contrato de concessão. Aliás, não existe a chamada “caducidade automática”, sendo nítido que, caso haja eventual descumprimento de parâmetros por qualquer uma das distribuidoras reguladas pela Aneel, tal fato deverá ser ponderado em eventual processo administrativo, como previsto nas normas vigentes.

O GDF almeja privatizar a CEB sem debate e sem passar pela CLDF

Outro ponto preocupante nesse processo é o fato de que o GDF almeja privatizar a concessionária sem passar pela aprovação da Câmara Legislativa e sem aguardar a manifestação do Tribunal de Contas do DF sobre o tema. É evidente que a ausência de lei específica para desestatizar a CEB Distribuição implicará em nulidades insanáveis no processo, mergulhando o serviço fundamental de distribuição de energia no DF à insegurança jurídica e a incertezas prejudiciais à nossa cidade. Além disso, é simplesmente inadmissível que se tente vender qualquer patrimônio público sem que a população e seus representantes no parlamento sejam consultados.

É na Câmara Legislativa do DF que o mérito da privatização deve ser debatido e esclarecido à população, que precisa ser informada sobre os riscos da entrega do serviço público de distribuição de energia elétrica à iniciativa privada.

A despeito da discussão travada no âmbito da Corte de Contas, a CEB insiste em dar prosseguimento aos atos preparatórios para a desestatização da CEB Distribuição, argumentando que segue a interpretação dada pelo STF à Lei 13.303/2016, quando do julgamento da ADI 5.624, não levando em consideração que a Constituição Federal determina em seu artigo 24, inciso I, que a competência para legislar sobre as matérias de direito econômico é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Mas as violações não param por aí. Privatizar a CEB sem lei específica incorreria em patente desvio de finalidade quanto ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5.624/DF, uma vez que a CEB Distribuição é responsável por aproximadamente 96% das receitas de sua controladora (Holding), e do total de 1.046 empregados do grupo CEB, exatos 935 são funcionários da distribuidora. Soma-se a isso o fato de que a maior parte dos ativos da chamada empresa-mãe se encontra com a subsidiária CEB Distribuição, de modo que a sua resultaria em profundo esvaziamento e mesmo a inviabilização da matriz.

Riscos da privatização para a população do DF

A experiência nos estados que caminharam nessa direção apontam para a piora sistemática do atendimento, deterioração dos serviços e elevação da conta de luz. **Em três anos de privatização, o consumidor de Goiás já sofreu com aumento da conta de luz superior a 29%. As promessas de melhoria do sistema elétrico também não se confirmaram. Em**

média, cada unidade consumidora no estado fica 23 horas sem energia por ano, quase três vezes mais do que no DF! Essa situação se repete no Mato Grosso do Sul, São Paulo, Acre, Pará, Maranhão, Piauí e em praticamente todos os estados que privatizaram suas distribuidoras.

A CEB Distribuição pratica uma das menores tarifas do país. **No ranking da Aneel, aparece na posição 43ª entre 53 empresas (cf. <https://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>).** O quadro abaixo demonstra a evolução dos reajustes nos últimos quatro anos, comparando algumas empresas privatizadas com a distribuidora do DF.

Reajuste de tarifa de energia nos estados

| Empresa | Ano Privatização | Percentual de reajuste (%) | | | | Total |
|-----------------|------------------|----------------------------|-------------|-------------|---------------|--------------|
| | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | |
| Energisa - MS | 1997 | 7,19 | - 1,69 | 10,65 | 12,48 | 28,63 |
| Energisa - MT | 1997 | 9,12 | 8,60 | 13,98 | 11,29 | 42,99 |
| Equatorial - PB | 2000 | 5,10 | 14,07 | 15,73 | - 4,78 | 30,09 |
| Equatorial - PA | 1998 | 7,55 | 7,19 | 11,78 | 0,69 | 27,21 |
| Eletroacre | 2018 | 8,46 | 2,65 | 21,29 | - 2,60 | 29,80 |
| Enel - GO | 2017 | | 14,65 | 18,54 | - 3,90 | 29,29 |
| CEB | | 3,42 | 6,86 | 8,88 | - 6,79 | 12,37 |

Fonte: portais de notícias disponíveis na internet.

Obs.: A privatização em Goiás ocorreu em 2017.

Observa-se que a CEB Distribuição é, de longe, a que aplicou o menor reajuste acumulado. Estudos apontam também que as elevações de tarifa ocorrem de forma mais intensa no início do controle privado. **Nos dois primeiros anos, conforme verificado no quadro acima, a Enel-GO aplicou um reajuste superior a 33%!**

Privatização não reduz a conta de luz. Segundo a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADÉE, de julho de 1994, quando se iniciaram as privatizações do setor, até dezembro de 2018, a tarifa de energia elétrica se elevou em 1.029%, ou seja, quase o dobro da inflação de 604% apurada pelo IBGE no mesmo período!

O movimento de reestatização de serviços públicos no mundo

A privatização da CEB demonstra que o DF está indo na contramão de uma tendência internacional. No mundo, há um movimento crescente pela reestatização dos serviços públicos

de energia elétrica, distribuição de água, coleta de esgoto e transporte. Segundo um estudo do TNI (Transnational Institute, sediado na Holanda), pelo menos 884 serviços que foram reestatizados no mundo entre 2000 e 2017 – sendo 80% dos casos a partir de 2009. Até nos Estados Unidos, país que é sempre usado como exemplo de “Estado mínimo”, houve reestatizações (foram 67 no período estudado).

O processo de reestatização, porém, veio somente após trinta anos de serviços ruins e tarifas caras. A experiência internacional e nacional sobre privatização de serviços públicos deveria ser suficiente para afastar essa triste realidade do Distrito Federal. **Registra-se que o contrato de concessão da CEB Distribuição vigência até 2045. Uma eventual desestatização dificilmente seria revertida antes desse prazo, submetendo a população do DF nos próximos 25 anos ao que sofreram os habitantes de várias cidades do mundo.**

Conclusão

Por tudo acima descrito, ficam as perguntas: A quem, de fato, interessa a privatização da CEB? Por que esconder da população do DF os reais motivos desta malfadada proposta? Por que utilizar desculpas para acabar com uma empresa pública que ainda tem 25 anos de contrato de concessão, e que nos últimos cinco anos obteve lucro em quatro exercícios?

A CEB Pública é perfeitamente viável e necessária à população do DF, principalmente levando-se em conta os desafios que se apresentam no período pós-pandemia, onde será fundamental para a retomada sustentável do emprego e da renda, através de políticas públicas que garantam a universalização do acesso a serviços essenciais e à energia elétrica de qualidade e pautada na modicidade tarifária.

É por isso que os eletricitários da CEB, apesar das tentativas de intimidação e ataques do governador do DF, continuarão firmes e mobilizados na luta contra a privatização, sempre em defesa da CEB Pública, em defesa de Brasília e em defesa da verdade!